

**ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA  
MULHER (CNDM) REALIZADA NOS DIAS 30 E 31 DE MAIO DE 2023**

1 Nos dias trinta e trinta e um de maio de dois mil e vinte e três, foi realizada a 70ª Reunião Ordinária  
2 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), no Edifício CAPES, em Brasília.  
3 Estiveram presentes na reunião as seguintes conselheiras : **Adélia Moreira Pessoa**, Representante  
4 do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM); **Adriana Rodrigues**, Representante do  
5 Ministério das Relações Exteriores; **Adriana Rosa dos Santos**, Representante do Capítulo Brasil  
6 Fórum de Mulheres do Mercosul (FFM); **Alessandra Santos de Almeida**, Representante do  
7 Conselho Federal de Psicologia (CFP); **Alice Bianchini**, Representante de Notório Saber; **Alice**  
8 **Utida Ferreira Manica**, Representante da Casa Civil da Presidência da República; **Cida Gonçalves**,  
9 Ministra de Estado das Mulheres e Presidenta do CNDM; **Beatriz Maria Luchese Peruffo**,  
10 Representante da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW-  
11 BRASIL); **Berenice D'arc Jacinto**, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores  
12 em Educação (CNTE); **Carmen Foro** Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações  
13 Temáticas e Participação Política e Vice-presidenta do CNDM,; **Celecina Rodrigues dos Santos**,  
14 Representante do Instituto Eco Vida; **Celina Alves Padilha Arêas**, Representante da Central dos  
15 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); **Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos**,  
16 Representante da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA; **Cleide Jane**  
17 **Figueiredo de Araujo**, Representante do Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas (MNCP);  
18 **Cleide Silva Pereira Pinto**, Representante da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas  
19 (FENATRAD); **Daniela Salomão Gorayeb**, Representante do Ministério da Gestão e Inovação em  
20 Serviços Públicos; **Débora Nogueira Beserra**, Representante da Casa Civil da Presidência da  
21 República;; **Denise Santos Aguiar de Sá**, Representante do Ministério da Cultura; **Deusimar**  
22 **Corrêa**, Representante do Centro de Estudos Afro-Religioso e Cultural Rumpaimé Héviôsô  
23 Zôônokum Mean; **Evelin Cavalini Santana**, Representante da Articulação Brasileira de Lésbicas;  
24 **Gilcelene Braga Assumpção**, Representante das Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG);

25 **Glaucia de Fátima Barban Morelli**, Representante da Confederação das Mulheres do Brasil  
26 (CMB); **Grace Fátima Souza Rosa**, Representante do Ministério da Saúde; **Islândia Bezerra da**  
27 **Costa**, Representante da Secretaria-Geral da Presidência da República; **Ivanete Alves de Oliveira**,  
28 Representante da União de Negras e Negros pela Igualdade – UNEGRO; **Jane Maria Vilas Boas**,  
29 Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima (MMA);; **Kátia Evangelista**  
30 **Regis**, Representante do Ministério da Igualdade Racial (MIR); **Laudelina Inácio da Silva**,  
31 Representante da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ); **Luanda Pires**,  
32 Representante do Notório Saber;; **Mara Luzia Feltes**, Representante da Central Única dos  
33 Trabalhadores (CUT); **Maria Luiza Fonseca Valle**, Representante do Ministério do Trabalho e  
34 Emprego (MTE); **Mônica Alves Silva**, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social,  
35 Assistência, Família e Combate à Fome (MDS); **Naira Rodrigues Gaspar**, Representante do  
36 Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC); **Patricia Laundry Mollo Vieira**,  
37 Representante do Ministério da Educação (MEC); **Sandra Laules**, Representante da Rede Nacional  
38 de Mulheres Negras no Combate à Violência; **Sônia Maria Zerino da Silva**, Representante da  
39 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Valéria Cristina Passos Valentim**,  
40 Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); **Vanja Andrea Reis dos**  
41 **Santos**, Representante da União Brasileira de Mulheres (UBM). e os seguintes assessores técnicos,  
42 **Clarisse Stavola**, Representante da Assessoria Política do CFP; **Denise Motta Dau**, Secretária de  
43 Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; **Júlio César da Mota**, Chefe de Divisão do  
44 Ministério das Mulheres; **Kelly Miyuki Oshiro**, Representante do Ministério das Mulheres;  
45 **Larissa Schneider Calza**, Representante da Assessoria Internacional do Ministério das Mulheres;  
46 **Maria Helena Guarezi**, Secretária Executiva do Ministério Das Mulheres; **Rita de Castro**  
47 **Hermes Meira Lima**, Representante da Assessoria Internacional do Ministério das Mulheres;  
48 **Sandra Lia Bazzo Barwinski**, Coordenadora-Geral do Plano Nacional de Políticas para as  
49 Mulheres (PNPM); **Stéfane Natália Ribeiro e Silva**, Representante da Assessoria Internacional do  
50 Ministério das Mulheres; **Thaís dos Santos Lima**, Representante da Ouvidoria do Ministério das  
51 Mulheres; **Abertura da Reunião Dia 30/05/2023 – Manhã**. Aconteceu o Ato de Assinatura do  
52 Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério das Mulheres e o Ministério da Justiça e Segurança  
53 Pública para articular a construção e equipagem de 40 unidades da Casas da Mulher Brasileira, no  
54 auditório da CAPES. Este ato marcou a retomada dos trabalhos do Conselho Nacional dos Direitos  
55 da Mulher (CNDM), com a presença da Ministra das Mulheres e Presidenta do CNDM, Cida

56 Gonçalves; da Deputada Federal, Benedita da Silva; da Deputada Federal, Leda Borges; da  
57 Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, Denise Motta Dau; da  
58 Coordenadora do Programa de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), Tamires Sampaio, do  
59 MJSP; da Representante do CNDM, Laudelina Inácio da Silva; e outras Autoridades que reforçaram  
60 a importância do ACT para o enfrentamento a Violência Contra as Mulheres. **Abertura da**  
61 **Reunião Dia 30/05/2023 – Tarde.** A Presidenta Cida Gonçalves, Ministra de Estado das Mulheres,  
62 iniciou a reunião cumprimentando a todas dando boas-vindas às novas conselheiras governamentais.  
63 Dando início aos trabalhos, submeteu a aprovação da pauta, já sugerindo a inversão dos itens, pela  
64 urgência e relevância, considerando que o Projeto de Lei que trata da Igualdade Salarial entrará em  
65 votação no Congresso Nacional, sendo importante a presença das Conselheiras do Conselho  
66 Nacional dos Direitos da Mulher nos debates no legislativo. Propõe a seguinte pauta: (1) Aprovação  
67 da Pauta; (2) Apresentação das Conselheiras; (3) Relatórios das Câmaras Técnicas; (4) Câmara  
68 Técnica Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; (5) Câmara Técnica Planejamento e  
69 Orçamento; (6) Câmara Técnica de Legislação e Normas; (7) Câmara Técnica Assuntos  
70 Internacionais. A proposição da Presidenta Cida Gonçalves, Ministra de Estado das Mulheres, foi  
71 aprovada por unanimidade.. Logo em seguida propôs que as Conselheiras possam dirigir-se, assim  
72 que convocadas, ao Congresso Nacional para participarem da articulação com vistas à aprovação do  
73 Projeto de Lei da Igualdade Salarial. Na sequência, as Conselheiras se apresentaram exaltando o  
74 momento importante de retomada presencial das reuniões do CNDM, após a vivência de muitos  
75 desafios decorrentes do período de pandemia e desmonte das políticas públicas para as mulheres.  
76 Na sequência, a Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos, presidente o pleno, iniciou o relatório  
77 das Câmaras Técnicas, realizadas no dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e três: 1- Plano  
78 Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres; 2- Planejamento e Orçamento; 3- Legislação e  
79 Normas; 4- Assuntos Internacionais. A Presidenta da **Câmara Técnica Plano Nacional de**  
80 **Políticas Públicas para as Mulheres**, Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos, da União  
81 Brasileira de Mulheres (UBM) cumprimentou a todas falando da importância da retomada  
82 presencial, logo passando para o relato. Em primeiro lugar colocou que por motivos de falta de  
83 quórum, motivado pelo atraso nos voos de algumas conselheiras, a reunião foi realizada na parte da  
84 tarde. Relata que os principais temas debatidos entre elas foram a desigualdade e poder; espaço  
85 doméstico como um espaço de poder e decisão; estratégias de comunicação concernentes com o  
86 atual contexto; aproximação de mulheres evangélicas, católicas e afro-brasileiras progressistas; os

87 desafios para instituir mesas de diálogos inter-religiosos; o discurso de dominação; ferramentas  
88 metodológicas; violência psicológica; educação como principal fator de proteção para as mulheres;  
89 investimento na relação interconselhos (CNS, CNDH e CN de Participação Social), bem como  
90 aproximação com Congresso Nacional e Conselho Nacional de Justiça. Sem aportes, foi aprovado o  
91 relato. **Prosseguindo os relatórios passou a Câmara Técnica Planejamento e Orçamento**, a  
92 Conselheira Gilcelene Braga Assumpção, da Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG), iniciou o  
93 relato colocando uma avaliação do governo anterior que não atendia de maneira eficaz as  
94 necessidades do Conselho e das Câmara Técnicas e o pouco que era informado demonstrava uma  
95 má aplicação dos recursos e a inexistência de monitoramento. Sugeriu a construção de  
96 monitoramento da execução de emendas parlamentares (beneficiários, planos de trabalho, prestação  
97 de contas etc) e destacou a necessidade de capacitação para as integrantes da câmara. Logo  
98 apresentou os encaminhamentos da reunião, indagou se havia alguma objeção. Em não havendo, o  
99 relato foi aprovado. Seguindo a apresentação dos relatórios passou a Presidenta da **Câmara**  
100 **Técnica de Legislação e Normas**, Conselheira Adélia Moreira Pessoa, do Instituto Brasileiro de  
101 Direito de Família (IBDFAM). Iniciou o relato indicando os nomes das conselheiras presentes na  
102 reunião e relatou que a reunião pautou os trabalhos feitos pela câmara durante este período de  
103 desmonte, um período de resistência, que precisa retomar os trabalhos dos GTs constituídos.  
104 Relatou que aprovada a prorrogação do prazo do GT de direitos reprodutivos e sexuais, e sendo  
105 indicada como coordenadora a Conselheira Dirlene que, sendo consultada, aceitou o encargo.  
106 Também houve a aprovação da criação dos: 1. GT sobre equidade na participação da mulher nos  
107 espaços de poder e decisão, com coordenação de Alice Bianchini e Celina Áreas 2. GT para  
108 discussão sobre a criação de juízo único de famílias e violência familiar, com coordenação de  
109 Adélia Pessoa ; 3. GT sobre autonomia econômica das mulheres e política do cuidado, com  
110 coordenação de Sônia Zerino. Seguiu relatando sobre a importância dos trabalhos dos GTs  
111 apontando desafios e possibilidade de constituição de mais um GT que teria como objetivo o  
112 aprofundamento da discussão acerca da necessidade de dar soluções às demandas de mulheres que  
113 sofrem violência familiar e decidiu-se na Câmara Técnica por corroborar a nota da Sociedade Civil  
114 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher de pleno e irrestrito apoio à Nota Oficial contra a  
115 PEC 9/2023 elaborada pelo Ministério das Mulheres. Não havendo desacordo, considerou-se  
116 aprovado o relato, passando para o relatório da **Câmara Técnica Assuntos Internacionais**,  
117 momento em que a Presidenta, Conselheira Laudelina Inácio da Silva, da Associação Brasileira de

118 Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ), iniciou relatando a importância da retomada das reuniões  
119 presenciais da CTI, citando os nomes das conselheiras presentes na reunião e colocando a pauta  
120 debatida: 1. Abertura; 2. Relatório da participação das Conselheiras do CNDM na 67ª Cedaw e a  
121 RMAAM I; 3. Informe sobre as Reuniões semestrais do MERCOSUL (Comissão Permanente de  
122 Gênero e Direitos Humanos das Mulheres da RAADH e RMAAM); 4. Calendário Internacional  
123 enviado pela Assessoria Internacional do Ministério das Mulheres; 5. Interação com Assessoria  
124 Internacional; 6. O papel da CTI na retomada da agenda internacional; e 7. Outros informes.  
125 Relatou cada pauta fazendo os encaminhamentos propostos pelas conselheiras que compõem a  
126 câmara; após o relato a Conselheira Laudelina Inácio da Silva perguntou se haviam ajustes, em não  
127 havendo, aprovou-se o relatório. Finalizada a apresentação dos relatórios, a reunião do primeiro dia  
128 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi encerrada dirigindo-se as presentes para a Câmara  
129 Federal para acompanhar as discussões sobre o projeto de lei PL 10.085/23 . Ato contínuo, a  
130 Conselheira Alessandra Santos de Almeida propôs que fosse redigida uma nota contra o Marco  
131 Temporal e publicada pelo CNDM. Aprovada por unanimidade a nota foi redigida e encaminhada  
132 ao jurídico do Ministério para revisão e retorno. **31/05/2023, segundo dia do Pleno do Conselho**  
133 **Nacional dos Direitos da Mulher.** Verificado o quórum, a reunião foi iniciada, com a aprovação  
134 da pauta, por unanimidade: 09h-12h – Apresentação da estrutura e ações do Ministério das  
135 Mulheres; 12h-14h – Almoço; 14h – Informes de Conjuntura e encaminhamentos; 17h –  
136 Encerramento. Em seguida, foi explicado que será passada a palavra para todas as secretárias,  
137 discutido o calendário e feito um debate. Com a palavra, a Sra. Maria Helena Guarezi  
138 cumprimentou a todas, ressaltou a importância da reunião, arrazoou sobre três questões  
139 fundamentais em discussão na Câmara: igualdade salarial e remuneratória, transparência e  
140 fiscalização. Finalizou explicando os processos na Câmara em caso de aprovação do PL 10.085/23.  
141 Ato seguinte, a Sra. Denise Motta Dau saudou a todas, pontuou sobre a importância da  
142 reconstrução de políticas públicas. Explanou que a partir do dia 08 de março foi relançado o Mulher  
143 Viver sem Violência, revogado o Seguro e Protegida e reeditado com alterações. Informou que  
144 enviará a apresentação para a discussão na próxima reunião e salientou a importância da presença  
145 das Conselheiras do CNDM no Congresso Nacional. Foi concordado. Na sequência, foi explicado  
146 que, para o calendário de trabalho foram tratadas as reuniões ordinárias e extraordinárias e que não  
147 foram feitas previsões das reuniões Câmaras Técnicas, pois está sendo definido se a discussão  
148 ocorrerá de maneira unificada ou separada. Foi acrescentado que a primeira reunião extraordinária

149 ocorrerá nos dias 27 e 28 de junho, a reunião das câmaras técnicas acontecerá no dia 11 de julho, a  
150 reunião do pleno ocorrerá nos dias 26, 27 e 28 de julho, a reunião das câmaras técnicas acontecerá  
151 no dia 12 de setembro, outras reuniões do Pleno ocorrerão nos dias 27, 28 e 29 de setembro, a  
152 reunião das câmaras técnicas acontecerá no dia 13 de novembro e nos dias 28, 29 e 30 de novembro  
153 ocorrerá a reunião do Pleno. Foi informado e acordado que as reuniões da Câmara Técnica  
154 poderiam ser realizadas em um único dia e, em caso de extrema necessidade poderiam ser  
155 realizadas em dois dias antes do Pleno. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas saudou a todos,  
156 concordou com a proposta, lembrou que em 16 de agosto ocorre a Marcha das Margaridas e  
157 propôs colocar a reunião junto ou depois do evento para que as Conselheiras do CDNM possam  
158 participar da Marcha das Margaridas. Em seguida, foi destacado quanto ao custo e sugerido um dia  
159 a mais de reunião. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos ressaltou que se tem apenas  
160 R\$1.240.000,00 para o conselho e que o gasto maior do conselho é com a aquisição de passagens  
161 e diárias. Ressaltou que essa reunião custou R\$90.000,00 e que o orçamento aumentará somente em  
162 2024. Argumentou que, ao colocar duas reuniões em um mês, o custo com passagens e diárias é  
163 aumentado, sendo ideal ampliar para mais um dia de reunião para o custeio de uma só passagem  
164 para cada conselheira. Acrescentou que o custo de passagens aumenta ao longo do tempo e que  
165 pode haver desgaste nas viagens. Sugeriu que, ao invés de duas reuniões, as reuniões sejam  
166 unificadas, resultando em 4 dias de reuniões. Defendeu a ideia de o Conselho participar da Marcha  
167 das Margaridas, podendo fazer um dia de seminário para as pautas de lutas próximo a Marcha das  
168 Margaridas, fazendo na Marcha das Margaridas um evento do conselho. Diante do exposto, a Sra.  
169 Ivanete Alves de Oliveira concordou com a ideia da Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos.  
170 Destacou a importância da Marcha das Margaridas e sugeriu que o conselho faça alguma atividade  
171 relacionada. A Sra. Evelin Cavallini Santana concordou com a ideia da Sra. Chopelly Glaudystton  
172 Pereira dos Santos. A Sra. Laudelina Inácio da Silva explicou que a pauta das Câmaras Técnicas foi  
173 sugerida pela ministra, pois este ano ela terá uma agenda intensa internacional e precisa do apoio  
174 logístico, técnico e jurídico do conselho. Concordou que o gasto será elevado e asseverou que deve  
175 ser definida uma proposta para haver um consenso. Propôs realizar nas datas propostas reuniões  
176 virtuais das câmaras técnicas e comparecer um dia antes para intensificar, trazer as proposituras,  
177 moções e grupos de trabalho. Acrescentou que no primeiro dia poderia ocorrer outra reunião para a  
178 efetivação do material elaborado. Quanto a Marcha das Margaridas, considerou viável e questionou  
179 se haveria algum evento em setembro. Depois, sugeriu a transferência da reunião da Câmara

180 Técnica para agosto, um dia antes da Marcha da Margarida e incluir a Marcha da Margarida na  
181 pauta. Diante do exposto, foi destacado que existem duas propostas: 1. A proposta da mesa diretora  
182 de destinar um evento específico para a Marcha das Margaridas, o que poderia ser feito se não  
183 houvesse reunião de câmaras técnicas; 2. Unir quatro dias, acrescentando mais um dia para a  
184 reunião das câmaras técnicas, onde as câmaras se organizam para fazer reuniões on-line para trazer  
185 um produto para discussão em uma reunião presencial. A Sra. Adélia Moreira Pessoa notificou que  
186 a ministra sugeriu a reunião prévia a Marcha das Margaridas e concordou com a proposta da Sra.  
187 Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos em relação à Marcha. Pontuou que o conselho pode  
188 deliberar quanto a participação no evento, visto que mais de 200 mil mulheres participarão do  
189 evento, portanto, é fundamental a participação ativa do conselho. Adicionou que o conselho deve  
190 organizar algo, pois existem entidades no conselho de diversas vertentes, podendo ser elaborado um  
191 ofício aprovando o calendário e as reuniões das câmaras técnicas serem virtuais. Depois, foi  
192 informado que foi discutido o calendário e a Marcha das Margaridas com a ministra e concluído que  
193 deveria ser incluído no calendário de agosto. Foi enfatizado que é necessário participar da Marcha  
194 das Margaridas como atividade do conselho. Depois, foi pontuado que a separação das reuniões das  
195 Câmaras Técnicas do Pleno são o ideal para a organização, a preparação, a interação e a atuação  
196 dentro das tarefas, porém, não é proibida a ocorrência de reuniões unificadas. Foi destacado sobre a  
197 necessidade de fazer um planejamento estratégico e proposto tratar quanto a Marcha das Margaridas  
198 de maneira separada, enquanto as Câmaras Técnicas devem definir o seu calendário. Ato seguinte, a  
199 Sra. Celina Alves Padilha Arêas declarou que participa da Marcha das Margaridas, que se reunirá  
200 nos dias 19, 20 e 21 de junho para finalizar as programações da marcha e que no dia 15 ocorrerá  
201 todas as atividades anteriores a Marcha. Pontuou que a ministra sugeriu a presença do conselho  
202 nessa data e elaborar alguma atividade para expor no dia 15, não havendo reunião nos dias 15 e 16.  
203 Explicou que a ministra justificou que ao realizar as reuniões de forma separada, se tem mais tempo  
204 para analisar as propostas. Ato contínuo, Sra. Gláucia de Fátima Barban Morelli propôs colocar em  
205 votação. Na sequência, foi citada como proposta a presença do conselho na Marcha das Margaridas  
206 com uma atividade do conselho. Iniciada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.  
207 Sobre a reunião das câmaras técnicas, foi destacado como proposta da mesa diretora a separação das  
208 reuniões da Câmara técnica das reuniões do Pleno e a proposta da Sra. Chopelly Glaudystton  
209 Pereira dos Santos de unificação das reuniões das Câmaras Técnicas com as reuniões do Pleno,  
210 resultando em quatro dias, um dia para a Câmara técnica e Três dias para o Pleno, onde cada

211 Câmara realiza as suas reuniões virtuais para sistematizar no dia da reunião presencial, sendo uma  
212 reunião virtual e outra presencial em conjunto com a reunião do Pleno. Foi questionado se seria  
213 duas reuniões da Câmara Técnica, sendo uma na data proposta de maneira virtual e a segunda  
214 previamente ao início da reunião do conselho. Foi afirmado. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira  
215 dos Santos esclareceu que complementou a sua proposta a partir da sugestão da Sra. Laudelina  
216 Inácio da Silva de acrescentar um dia a mais, sendo quatro dias de reuniões presenciais, um dia para  
217 a Câmara Técnica, em que cada coordenador da Câmara Técnica define se será necessário realizar a  
218 reunião, não sendo a reunião virtual obrigatória. Ressaltou que transferir a reunião do dia 11 para o  
219 dia 25 de julho não resultará em perda da reunião. Depois foi ressaltada a importância da separação  
220 das reuniões para que todas as conselheiras sejam informadas dos encaminhamentos das Câmaras  
221 Técnicas e pontuado que as reuniões podem ter a duração de 1 a 2 dias para que as câmaras técnicas  
222 tenham autonomia e autoridade para fazer ações. Diante do exposto, foi questionado se existe lastro  
223 orçamentário para a primeira proposta e se a ministra está colocando a possibilidade de estender o  
224 orçamento. Foi esclarecido que o assunto foi discutido na coordenação política, e que é uma opinião  
225 da ministra. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos sugeriu a votação nominal por  
226 entidade. Iniciada a votação, coordenada pela Conselheira Vanja Andreia Reis dos Santos, a Sra.  
227 Adriana Rosa dos Santos, a Sra. Beatriz Maria Luchese Peruffo, a Sra. Laudelina Inácio da Silva, a  
228 Sra. Sandra Laules, a Sra. Alessandra Santos de Almeida, a Sra. Glaucia de Fátima Barban Morelli,  
229 a Sra. Berenice D'arc Jacinto, a Sra. Alice Bianchini, a Sra. Adélia Moreira Pessoa, a Sra. Celina  
230 Alves Padilha Arêas, a Sra. Naira Rodrigues Gaspar, a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos votaram  
231 na proposta 1. A Sra. Grace Fátima Souza Rosa, a Sra. Kátia Evangelista Regis e a Sra. Alice Utida  
232 Ferreira Manica se abstiveram. A Sra. Islândia Bezerra da Costa, a Sra. Evelin Cavalini Santana, a  
233 Sra. Celecina Rodrigues dos Santos, a Sra. Valéria Cristina Passos Valentim, a Sra. Cleide Silva  
234 Pereira Pinto, a Sra. Sônia Maria Zerino da Silva, a Sra. Cleide Jane Fiueiredo de Araujo, a Sra.  
235 Denise Santos Aguiar de Sá, a Sra. Patricia Laundry Mollo Vieira, a Sra. Maria Luiza Fonseca  
236 Valle, a Sra. Mônica Alves Silva, a Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos, a Sra. Gilcelene  
237 Braga Assumpção, a Sra. Ivanete Alves de Oliveira e a Sra. Jane Maria Vilas Boas votaram na  
238 proposta 2, resultando em 12 pessoas que votaram na proposta 1, 15 pessoas que votaram na  
239 proposta 2 e 3 abstenções. A proposta 2 foi aprovada. Em seguida, foram fornecidas instruções  
240 quanto a ida ao Senado para acompanhamento da tramitação do PL. **Encerramento:** Finalizadas as  
241 discussões, a reunião foi encerrada.